



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de prestação de serviço especializado que vise a (1) transmissão ao vivo, em streaming, de áudio e/ou vídeo (2) gravação em áudio e/ou vídeo e (3) gravação e edição de áudio e/ou vídeo para atender as sessões plenárias, solenidades, eventos, vídeos institucionais e jornalísticos e vídeoaulas, dentre outras demandas.

2. Fundamentação da Contratação

Conforme descrito no Item 1 do Estudo Técnico Preliminar (Necessidade da contratação).

3. Descrição da solução

Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de (1) transmissão ao vivo, em streaming, de áudio e/ou vídeo (2) gravação em áudio e/ou vídeo, (3) gravação e edição de áudio e/ou vídeo para atender as sessões plenárias, solenidades, eventos, vídeos institucionais e jornalísticos e vídeoaulas, dentre outras demandas

Os objetos acima descritos podem ser separados nos seguintes pacotes de contratação:

- Pacote Básico 1 – transmissão ao vivo (streaming) e gravação das sessões plenárias, solenidades e eventos que ocorram na sala de sessões do TRE-SC, composto de (conforme descrição dos equipamentos constantes no Anexo I desta contratação):
 - Câmeras Robóticas (mínimo de 3);
 - Controladora de câmeras;
 - Switcher completa de Alta definição.
 - O material gravado deverá ser entregue em meio digital, no formato definido pelo requisitante.
 - A transmissão ao vivo será realizada no canal da instituição e deverá acontecer em alta definição.

A estrutura de internet será disponibilizada pelo TRE-SC

Obs. Todo o equipamento, cabeamento e manutenção será de responsabilidade do contratado.

Toda a estrutura será instalada de forma fixa até o encerramento do contrato.

O TRE disponibiliza o espaço de trabalho (sala de controle de áudio e vídeo), a instalação das TVs/monitores e a rede para streaming.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Pacote Básico 2 – transmissão ao vivo (streaming) e gravação de solenidades e eventos, composto de (descrição dos equipamentos constantes no Anexo I desta contratação):
 - Câmeras Robóticas (mínimo de 3);
 - Controladora de câmeras;
 - Switcher completa de Alta definição.
 - O material gravado deverá ser entregue em meio digital, no formato definido pelo requisitante.
 - A transmissão ao vivo será realizada no canal da instituição e deverá acontecer em alta definição, assim como em telões ou Monitores que necessitem o sinal programa out da ilha de edição.

Obs. Todo o equipamento, cabeamento e manutenção será de responsabilidade do contratado. Toda a estrutura será instalada de forma fixa até o encerramento do contrato. Toda a estrutura será instalada e testada até 2 horas antes do evento.
- Pacote Básico 3 – gravação em áudio e vídeo para produção de vídeos jornalísticos, institucionais e vídeoaulas, composto de (descrição dos equipamentos constantes no Anexo I desta contratação):
 - Câmaras (mínimo 2);
 - Microfones
 - Tripés profissionais, com cabeça fluída;
 - Iluminação;
 - Teleprompter, se necessário;

Pacote Básico 4 – edição em áudio e vídeo para produção de vídeos institucionais, jornalísticos e vídeoaulas, com eventual inserção de efeitos, com a utilização de softwares descritos (vide item 3.1.2 Edição de imagem e áudio deste ETP).

- Pacote Básico 5 – gravação externa em áudio e vídeo para produção de vídeos jornalísticos e institucionais, composto de Equipamentos de drone profissional c/ gravação com câmera Full HD e Grua até 07 metros com controlador de câmera;

Os pacotes 1, 2 e 3, poderão ser acrescidos de mais câmeras com cinegrafistas e profissionais, conforme a necessidade da unidade solicitante (SJ, EJESC e ASCOM).

Taxa Diária de Deslocamento (ASCOM): DESLOCAMENTO SOMENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA, para realização dos Pacotes Básicos 1 a 5, incluindo despesas com alimentação, hospedagem e todos os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Os pacotes 1, 2 e 3, poderão ser acrescidos de mais câmeras com cinegrafistas e profissionais, conforme a necessidade da unidade solicitante (SJ, EJESC, ASCOM e SGP).

- Os pacotes 1, 2, 3, 4 e 5, poderão ocorrer, de forma concomitante, conforme a necessidade das unidades solicitantes: SJ, EJESC e ASCOM e SGP.

Especificações técnicas dos equipamentos necessários:

a) Câmeras de alta resolução: Serão necessárias câmeras profissionais de alta resolução capazes de captar imagens nítidas e de alta qualidade. Esses equipamentos oferecem recursos avançados, como resolução de imagem superior, ajustes manuais, controle de foco e estabilização de imagem. Isso possibilita a captura de imagens nítidas e detalhadas, essenciais para uma produção audiovisual de qualidade

b) Lentes adequadas: Deverão ser disponibilizadas lentes profissionais de diferentes distâncias focais para atender às necessidades específicas de cada evento. Outro aspecto importante das dessas lentes é a possibilidade de ajustes manuais precisos, como o controle do foco, da abertura do diafragma e do zoom, proporcionando ao profissional um maior controle criativo sobre a imagem final.

c) Microfones de qualidade: Será necessário o uso de microfones de lapela, microfones direcionais e outros tipos adequados para a captação de áudio limpo e claro. A captação de áudio é um aspecto crucial em qualquer produção audiovisual. O uso de microfones de alta qualidade, como microfones de lapela, shotgun ou de estúdio, garante uma reprodução clara e precisa do som ambiente, diálogos e outros elementos sonoros. Este item não se aplica às sessões plenárias onde o áudio é disponibilizado e operado pelo TRE-SC.

d) Equipamentos de iluminação: Caso as condições de iluminação não sejam ideais, serão necessários equipamentos de iluminação para garantir uma iluminação adequada durante as filmagens e transmissões. A iluminação é essencial para criar a atmosfera desejada em uma produção audiovisual. A utilização de equipamentos de iluminação profissionais, como refletores, softboxes e luzes de LED, permite controlar a intensidade, direção e temperatura de cor da luz, proporcionando uma iluminação adequada e profissional.

e) Equipamentos de transmissão: Será preciso contar com equipamentos de transmissão ao vivo em streaming, como codificadores, switcher de produção, servidores de streaming, entre outros, para transmitir os eventos e sessões em tempo real e, considerando que a tecnologia no campo audiovisual está em constante evolução, resultando em melhorias significativas na qualidade de imagem, som, estabilização e outros aspectos técnicos, para fornecer um serviço de alta qualidade, a contratada precisa garantir que seus equipamentos estejam atualizados e alinhados com os padrões mais recentes da indústria. Portanto, espera-se que os equipamentos aqui listados passem por upgrade a cada 2 (dois) anos, no máximo.

Especificações dos materiais necessários:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) Mídias de armazenamento: Serão necessárias mídias de armazenamento, como cartões de memória e discos rígidos externos, para o armazenamento seguro e organizado das imagens e áudios capturados durante a realização dos trabalhos.
- b) Acessórios e suportes: Além dos equipamentos principais, a equipe técnica pode se beneficiar de acessórios como teleprompts, tripés, sliders, passadores de sliders, estabilizadores e suportes para câmera. Esses dispositivos auxiliares proporcionam estabilidade, movimentos suaves e enquadramentos precisos durante as filmagens, contribuindo para a qualidade visual da produção e do evento.
- c) Softwares: A Contratada deverá possuir licenças dos softwares de edição de imagem e áudio adequados para realizar o trabalho de edição de forma profissional. Ademais, deverá apresentar habilitação para plataforma de transmissão ao vivo, cuja codificação e distribuição poderá ser feita através de softwares ou dispositivos específicos (vide especificações técnicas do anexo I).
- d) Captura de ângulos diferentes (sistema multicâmera): Em especial na transmissão ao vivo das sessões plenária, e eventualmente em outros eventos, será demandado da Contratada a utilização de sistema multicâmera. Isso permite a captação simultânea de múltiplos ângulos de uma mesma cena e proporciona maior dinamismo e variedade visual nas produções audiovisuais, permitindo a criação de uma narrativa mais envolvente e cativante, além de oferecer maior flexibilidade na pós-produção. Cabe registrar que o switcher de vídeo é o coração do sistema multicâmera, pois é o responsável por receber os sinais de vídeo das diferentes câmeras e alternar entre eles em tempo real (vide especificações do anexo I).

Tendo em vista que os equipamentos para a realização dos trabalhos serão de propriedade da contratada, a prestadora dos serviços deverá responsabilizar-se pela sua manutenção, bem como pelo treinamento e qualificação da equipe responsável pela operação dos equipamentos que disponibilizará para a realização das atividades.

Os serviços a serem prestados são de natureza permanente, não necessitando, no entanto, de mão de obra residente.

O presente objeto possui características comuns e usuais encontradas no mercado cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

3.1 Atividades de competência da equipe técnica:

Objetivando a transmissão ao vivo em streaming das sessões plenárias e solenidades que se realizam no TRE-SC, a Contratada deverá disponibilizar permanentemente os equipamentos listados no projeto de audiovisual constante do anexo I do ETP, responsabilizando-se pela sua instalação, manutenção e atualização do parque tecnológico, no máximo a cada 2 (dois) anos.

Também caberá à prestadora dos serviços a operacionalização dos equipamentos instalados com finalidade de transmissão ao vivo em streaming das sessões plenárias e solenidades do TRE-SC, sejam eles da Contratada



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ou da Instituição, competindo-lhe o treinamento e a qualificação da equipe responsável pela sua operação e suporte técnico.

Os equipamentos de áudio das sessões plenárias são de responsabilidade e operados pelo TRE-SC.

A contratada poderá instalar, às suas expensas, outros equipamentos que entender necessários para a adequada prestação do serviço.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar desta demanda encontra-se no Processo Administrativo Eletrônico (PAE) n. 7.977/2024.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a presente contratação.

3.3. Códigos SIASG

3778.

4. Requisitos da contratação

Nos termos descritos no item 3 do ETP desta contratação, para atender às necessidades da contratação de prestação de serviço especializado que vise a (1) transmissão ao vivo, em streaming, de áudio e/ou vídeo (2) gravação em áudio e/ou vídeo e (3) gravação e edição de áudio e/ou vídeo para atender as sessões plenárias, solenidades, eventos, vídeos institucionais e jornalísticos e vídeo aulas, dentre outras demandas, é importante estabelecer requisitos ligados diretamente às funcionalidades esperadas pelas áreas demandantes e necessárias aos usuários finais. A seguir constam alguns requisitos que devem ser considerados:

4.1. Captação de imagem e áudio:

a) Qualidade de imagem:

- Resolução: A resolução mínima desejada para a transmissão ou gravação de imagens é Full HD (1920x1080 pixels), ou resoluções mais altas, como 4K (3840x2160 pixels) ou superiores, dependendo das necessidades e requisitos específicos da unidade demandante;
- Nitidez e detalhes: A qualidade da imagem também está relacionada à nitidez e à capacidade de capturar detalhes. Por isso, é importante garantir que os equipamentos utilizados pela Contratada, como câmeras e lentes, sejam capazes de fornecer uma imagem clara e nítida, que permita visualizar os detalhes importantes da cena.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- **Cores e contraste:** A qualidade de imagem também abrange a reprodução precisa das cores e o contraste adequado. É desejável que os serviços audiovisuais sejam capazes de reproduzir cores vivas e realistas, com bom contraste entre áreas claras e escuras da imagem.
- **Estabilidade e ausência de artefatos:** A qualidade de imagem também está relacionada à estabilidade da imagem e à ausência de artefatos indesejados, como tremores, distorções, ruídos visuais, flicker ou manchas. É importante que os serviços audiovisuais prestados garantam uma imagem estável e livre de problemas técnicos que possam comprometer a visualização adequada.
- **Taxa de quadros (frame rate):** A taxa de quadros por segundo (fps) influencia a fluidez da imagem em movimento. Dito isto, especifica-se na contratação uma taxa de quadros mínima de 30fps (comumente usada em transmissões de televisão e vídeos on-line). Todavia, a depender do projeto, poderão ser demandados 60fps ou superiores, para garantir uma reprodução suave e sem arrastos durante a transmissão ou gravação de eventos em movimento.
- **Codec de vídeo:** Pode-se especificar o codec de vídeo a ser usado, como H.264, H.265 (HEVC) ou VP9. Cada codec tem suas características e eficiência de compressão, o que pode afetar a qualidade do vídeo e a taxa de transferência. Portanto, à Contratada caberá a análise da oportunidade e conveniência de sua aplicação, dependendo de cada projeto.
- **Formato de imagem:** Dependendo das necessidades e do uso pretendido das imagens, é possível que sejam exigidos na prestação dos serviços formatos específicos, como MP4, AVI, MOV ou outros formatos compatíveis com os requisitos técnicos da plataforma de transmissão ou reprodução.

b) Qualidade de áudio:

O áudio deve ser claro e compreensível, sem distorções, ruídos indesejados ou problemas técnicos que afetem a inteligibilidade do som. A qualidade do som deve permitir que os usuários finais ouçam e entendam claramente os diálogos, discursos ou outros elementos sonoros relevantes. Para isso, algumas práticas e padrões podem ser adotados, como:

- **Qualidade de captação:** Os equipamentos de captação de áudio, como microfones e gravadores da contratada devem ser de alta qualidade e adequados para a finalidade específica da produção audiovisual.
- **Microfones:** A escolha dos microfones adequados para cada situação, como microfones de lapela, microfones direcionais ou microfones de estúdio, é essencial para obter uma boa qualidade de áudio, que é o que se espera da contratação (vide especificações técnicas de microfones disponíveis no item 2.1 do anexo I).
- **Monitoramento e ajuste de níveis de áudio:** Durante a captação, é crucial monitorar e ajustar os níveis de áudio para evitar ruídos, distorções ou gravações muito baixas. Os níveis devem ser controlados pela contratada, garantindo que o áudio esteja dentro de uma faixa adequada e evitando picos ou cortes (vide especificações técnicas de equipamentos de áudio disponíveis no item 3 do anexo I).
- **Utilização de sistemas de gravação de alta qualidade:** Equipamentos de gravação de áudio de alta qualidade devem ser utilizados para garantir uma captura precisa e sem perdas. Isso inclui gravadores de áudio de alta resolução e com bons conversores analógico-digital (vide especificações técnicas de gravadores e conversores disponíveis nos itens 3.1 e 3.2 do anexo I).
- **Equilíbrio e mixagem adequada:** O equilíbrio entre diferentes elementos sonoros, como vozes, música de fundo, efeitos sonoros e trilhas sonoras, deve ser ajustado adequadamente. A mixagem de áudio deve ser feita de forma apropriada, garantindo que nenhum elemento seja muito alto ou muito baixo, e que todos os componentes sonoros estejam bem equilibrados. Ademais, espera-se da Contratada a utilização de conexão Firewire para transmitir o sinal digital do main output do mixer, possibilitando capturar e processar o áudio e o vídeo em um formato digital direto, facilitando a gravação, a edição e a produção de conteúdo de alta qualidade (vide especificações técnicas no item 3.3 do anexo I).
- **Pós-produção e tratamento de áudio:** Após a captação, é importante realizar uma pós-produção de áudio adequada, que envolve limpeza de ruídos indesejados, equalização, ajuste de volume e mixagem



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

adequada dos diferentes canais de áudio. O uso de software de edição de áudio profissional pode ajudar a aprimorar a qualidade do áudio. É importante que os técnicos de áudio e vídeo tenham experiência e habilidades nessas áreas.

- **Formato de áudio:** Dependendo das necessidades e do uso pretendido do áudio pela unidade demandante, é possível especificar um formato de áudio desejado a ser entregue pela Contratada, como WAV, MP3, AAC ou outros formatos compatíveis com os requisitos técnicos da plataforma de reprodução ou distribuição.

c) Estabilização de imagem:

- **Estabilização óptica:** A estabilização óptica é um recurso presente em alguns equipamentos, como câmeras e lentes, que ajuda a reduzir as vibrações e os movimentos indesejados durante a gravação. Exige-se a utilização de equipamentos apropriados pela Contratada a fim de se obter uma estabilização mais suave da imagem.
- **Estabilização eletrônica:** Além da estabilização óptica, alguns equipamentos e softwares oferecem recursos de estabilização eletrônica. Essa tecnologia utiliza sensores e algoritmos para corrigir os movimentos indesejados da câmera durante a gravação. Dito isto, espera-se dessa prestação de serviços a utilização, quando necessário, de equipamentos ou softwares com recursos de estabilização eletrônica para obtenção de uma imagem mais estável.
- **Uso de dispositivos de estabilização:** Em algumas situações, pode ser necessário ainda o uso de dispositivos externos de estabilização, como gimbals ou steadicams. Esses equipamentos ajudam a manter a câmera estável, mesmo em movimentos mais complexos, como caminhadas ou movimentos de seguimento. Portanto, espera-se o uso desses dispositivos quando a estabilização de imagem for especialmente importante para o projeto.
- **Técnicas de filmagem adequadas:** Além do uso de equipamentos e tecnologias de estabilização, a habilidade e a técnica do operador de câmera também são fundamentais para obter uma imagem estável. Espera-se que a equipe responsável pela produção audiovisual tenha experiência e expertise em técnicas de filmagem que garantam a estabilização adequada da imagem.
- **Pós-produção e correção de estabilidade:** Em casos em que a estabilização não tenha sido totalmente alcançada durante a gravação, é justificável a utilização de técnicas de pós-produção para corrigir ou aprimorar a estabilidade da imagem. Espera-se que a equipe técnica contratada tenha habilidades e conhecimentos em pós-produção para realizar ajustes de estabilização, se necessário.

4.2 Edição de imagem e áudio:

a) Software de edição:

- **Licença e versão atualizada:** A contratada deve utilizar softwares de edição licenciados e legalmente adquiridos. Além disso, é recomendável que se utilizem as versões mais recentes dos softwares, pois elas costumam ter recursos aprimorados e correções de bugs.
- **Softwares:** Apesar de existirem softwares populares e amplamente reconhecidos na indústria de produção audiovisual, a fim de garantir a compatibilidade de projetos realizados pelas equipes que compõem a ASCOM, recomenda-se a utilização de softwares que fazem parte do pacote Adobe, como Lightroom, Photoshop, Premiere Pro, After effects, Audition, Illustrator e, em especial, Adobe Stock, pois devem ser levadas em consideração suas funcionalidades e sua compatibilidade com os demais sistemas do TRE-SC. Ademais, necessário que a Contratada disponha de licença de uso de software de vídeos, animações, imagens e componentes padrão como, por exemplo, Envato.
- **Compatibilidade e interoperabilidade:** É importante verificar se os softwares a serem utilizados pela contratada são compatíveis com os formatos de arquivo utilizados no projeto e esperados pela unidade demandante. Isso inclui formatos de vídeo, áudio e imagens, bem como codecs específicos. Além disso, é



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

interessante que a contratada esteja atenta para garantir a interoperabilidade com outros softwares e fluxos de trabalho utilizados no projeto, conforme necessidade da Instituição.

- **Experiência e habilidades com o software:** É necessário que a equipe responsável pela produção audiovisual tenha experiência e habilidades com o software de edição especificado. Isso pode incluir certificações, treinamentos ou comprovação de trabalhos anteriores realizados com sucesso utilizando o software em questão.
- **Operação de switch master em ilha de edição:** A fim de garantir otimização na produção final da imagem, espera-se que a Contratada seja capaz de efetuar operação de switch master em ilha de edição, permitindo ao editor selecionar e alternar entre as diferentes fontes de vídeo durante o processo de edição, colaborando para a criação de uma sequência de vídeo coesa e de uma produção final de qualidade.
- **Acesso a plugins e ferramentas complementares:** Dependendo das necessidades do projeto, pode ser necessário que a prestadora de serviços possua acesso a plugins e ferramentas complementares que possam aprimorar o processo de edição e oferecer recursos adicionais, como efeitos especiais, correção de cor avançada, trilhas sonoras, entre outros.
- **Backup e segurança dos arquivos:** É importante que a Contratada tome medidas adequadas de backup e segurança dos arquivos de projeto. Isso inclui a adoção de práticas de armazenamento seguro, cópias de segurança periódicas e procedimentos para evitar a perda de dados durante o processo de edição.

b) Tempo de entrega:

- **Prazo estipulado:** O prazo específico para a entrega de qualquer projeto será definido na ordem de serviço (vide modelo do anexo II), encaminhada pela unidade demandante. Seu cumprimento é fundamental. Nele podem constar uma data de conclusão final ou prazos intermediários para etapas específicas do processo, como edição, revisão e finalização. O prazo deve ser acordado entre as partes e estar alinhado com as necessidades e complexidade do projeto.
- **Comunicação regular:** A fim de garantir que o projeto siga um cronograma acordado, o TRE-SC zelarà por estabelecer uma comunicação clara e regular com a Contratada. De qualquer sorte, qualquer das partes fica autorizada a exigir atualizações periódicas sobre o progresso, prazos cumpridos e eventuais atrasos, bem como ações corretivas planejadas para manter o projeto no caminho certo.

4.3 Transmissão ao vivo em streaming:

a) Qualidade de transmissão:

- **Resolução de vídeo:** O TRE-SC poderá exigir resolução de vídeo para a transmissão ao vivo, desde 1080p (Full HD) até 4K ou superior, dependendo das necessidades e objetivos da unidade demandante.
- **Taxa de bits (bitrate):** A taxa de bits é um fator importante na qualidade da transmissão de vídeo em streaming. Uma taxa de bits mais alta permite uma representação mais precisa de elementos visuais complexos, como texturas, movimentos rápidos, cores sutis e contrastes. No entanto, uma taxa de bits mais alta também resulta em um fluxo de dados maior, exigindo uma largura de banda de internet mais rápida para uma transmissão suave e sem interrupções. Portanto, é relevante que a prestadora de serviços se adeque a fim de encontrar um equilíbrio entre a taxa de bits e a largura de banda disponível no TRE-SC, para garantir uma experiência de streaming adequada e sem interrupções.
- **Estabilidade e fluidez da transmissão:** É importante que a transmissão ao vivo seja estável e fluida, sem interrupções ou atrasos significativos. Espera-se que a contratada tome medidas adequadas para garantir uma conexão estável e um servidor de streaming confiável, evitando problemas como buffering excessivo ou quedas de conexão.
- **Qualidade do áudio:** Além da qualidade de vídeo, a qualidade do áudio é fundamental na transmissão ao vivo. Por isso, espera-se um áudio claro, livre de ruídos e com boa mixagem para garantir uma experiência auditiva agradável para os espectadores. O uso de microfones de qualidade e a expertise em



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

mixagem de áudio são aspectos importantes nesse sentido e ansiados pelo contratante. Este item não se aplica ao áudio das Sessões Plenárias que é disponibilizado e operado pelo TRE.

- Capacidade de adaptação à largura de banda: Em transmissões ao vivo, é importante que o serviço seja capaz de se adaptar à largura de banda disponível para os espectadores. Isso permite que a qualidade da transmissão seja ajustada automaticamente de acordo com a conexão de internet dos espectadores, garantindo uma experiência suave mesmo em condições de largura de banda variável.
- Suporte para múltiplas plataformas: Exige-se que a contratada tenha a capacidade de transmitir em diferentes plataformas de streaming, como YouTube, Facebook, Vimeo, entre outras, conforme demanda do TRE-SC. Isso permite que o evento alcance um público mais amplo e seja acessível em diferentes dispositivos.

4.4 Equipamentos e materiais:

Espera-se que a Contratada se comprometa a fornecer equipamentos atualizados. Equipamentos modernos geralmente possuem recursos avançados, que podem melhorar a qualidade das produções, torná-las mais eficientes e permitir maior flexibilidade durante o processo.

Quanto ao armazenamento do conteúdo produzido:

- Mídia de armazenamento: Dependerá de mútuo acordo entre a unidade demandante e a contratada a opção pelo tipo de mídia de armazenamento que se deseja para os arquivos de vídeo e de áudio (como discos rígidos externos, cartões de memória, pen drives ou serviços de armazenamento em nuvem). Isso pode depender das necessidades de capacidade de armazenamento, portabilidade e backup dos arquivos.
- Organização e estrutura de arquivos: Ficará a cargo da contratada estabelecer requisitos em relação à organização e estrutura dos arquivos, como a criação de pastas ou diretórios específicos, nomenclatura padronizada dos arquivos e metadados incluídos nos arquivos para facilitar sua identificação e o seu gerenciamento.
- Entrega e formatos de entrega: Dependerá de mútuo consentimento a definição dos métodos de entrega dos arquivos, como envio por meio físico (correio) ou transferência on-line por meio de serviços de compartilhamento de arquivos. Além disso, registra-se que na formalização do pedido (ordem de serviço) a unidade demandante especificará os formatos de entrega desejados, como arquivos individuais ou pacotes consolidados

Demais considerações importantes:

- a) Tendo em vista que os equipamentos para a realização dos trabalhos serão de propriedade da Contratada, a prestadora dos serviços deverá responsabilizar-se pela sua instalação, manutenção e atualização, bem como pelo treinamento e qualificação da equipe responsável pela sua operação.
- b) A equipe técnica deve operacionalizar tanto os equipamentos da Contratada quanto os equipamentos eventualmente disponíveis no TRE-SC. Ao estar apta a operar todos os equipamentos à disposição, a equipe pode identificar e resolver problemas, realizar ajustes e garantir que todos os equipamentos estejam em pleno funcionamento durante as produções. Isso contribui para a qualidade geral do serviço e evita interrupções ou falhas técnicas.
- c) A Contratada deve garantir suporte técnico e assistência aos equipamentos disponibilizados full time, em especial no período eleitoral. Ao contar com um suporte técnico para resolução de problemas, é possível reduzir o tempo de paralisação causado por falhas e minimizar os custos decorrentes dessas interrupções. Uma equipe eficiente pode solucionar problemas rapidamente, permitindo que a produção prossiga sem atrasos significativos.
- d) A prestadora de serviços deve dispor de licenças de softwares (sugere-se os constantes do pacote Adobe, como Lightroom, Photoshop, Premiere Pro, After effects, Audition, Illustrator e, em especial, Adobe



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Stock), a fim de garantir a compatibilidade de projetos realizados pelas equipes que trabalham na produção audiovisual, pois devem ser levadas em consideração suas funcionalidades e sua compatibilidade com os demais projetos e sistemas do TRE-SC

- f) Os equipamentos disponibilizados pela Contratada deverão passar por upgrade a cada 2 (dois) anos, no máximo.
- g) Em especial no período eleitoral, haverá a necessidade de realização de eventos simultâneos, seja em locais diferentes ou no mesmo local. Portanto, a Contratada deve estar apta a atender a demandas específicas de cada um, garantindo que todos os eventos tenham acesso aos recursos audiovisuais necessários à sua realização;
- h) Quaisquer das unidades da Instituição aqui arroladas (ASCOM, SGP, SJ ou EJESC) poderão demandar pacotes adicionais cabendo a cada uma delas a fiscalização e o acompanhamento da execução dos respectivos serviços;
- i) Quaisquer das unidades demandantes poderão solicitar pacotes adicionais, cabendo a cada uma delas a fiscalização e o acompanhamento da execução dos respectivos serviços.
- j) Demais ferramentas e materiais necessários à realização dos serviços serão de responsabilidade da Contratada, tal como cabeamentos, estruturas de aço etc.

5. Modelo de execução do objeto

Consideram-se unidades demandantes da presente contratação:

- a) Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, telefone (48) 3251-3378 ou correio eletrônico ascom@tre-sc.jus.br;
- b) Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento e Saúde, telefone (48) 3251-7528 ou correio eletrônico cds-gab@tre-sc.jus.br;
- c) Secretaria Judiciária – SJ, telefone (48) 3251-3113 ou correio eletrônico sj-gab@tre-sc.jus.br; e
- d) Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina – EJESC telefone (48) 3251-3814 ou correio eletrônico ejesc@tre-sc.jus.br;

Sempre que necessário, o TRE-SC solicitará (por meio de uma de suas unidades demandantes e mediante encaminhamento de ordem de serviço – vide modelo no anexo II – enviada por correio eletrônico ou outro meio considerado eficaz), a realização dos pacotes adicionais, devendo a contratada atender às solicitações nas datas e horários definidos pela unidade demandante.

O horário de atuação será compreendido entre 8h e 20h, de segunda a sexta-feira. Todavia, dadas as especificidades dos serviços ora analisados, estima-se, em relação a contratação, a execução de serviços excepcionalmente em dias não úteis, sábados, domingos e feriados e, ainda, em horários noturnos, em especial no período eleitoral.

Não será exigido dos prestadores de serviços o uso de uniforme, no entanto, os referidos profissionais deverão usar trajes compatíveis com as características do ambiente de trabalho e portar crachá de identificação.

Além disso, será exigido o uso de traje de passeio completo para participação de compromissos formais institucionais, tais como posses e outras solenidades, o que será previamente informado pela unidade demandante.

5.1. Prazos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O TRE-SC se compromete a realizar os pedidos de prestação dos serviços sempre com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

A Contratada deverá:

- a) Fornecer os links de transmissão dos eventos por streaming com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis;
- b) Efetuar a instalação dos equipamentos com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência do evento ou em 24 (vinte e quatro) horas da solicitação, a depender da ordem de serviço;
- c) Havendo solicitação, entregar o material em mídia, bem como o respectivo projeto, no prazo de, no máximo, 72 (setenta e duas) horas, a contar do encerramento do evento;
- d) Substituir o produto no prazo, máximo, de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da notificação emitida pelo Contratante, caso presente, após a conferência pelo setor solicitante, qualquer defeito ou irregularidade;
- e) Fornecer equipamentos modernos, os quais deverão ser atualizados (upgrade) no prazo máximo de 2 (dois) anos.
- f) Os equipamentos fixos instalados para garantir a transmissão ao vivo em streaming das sessões plenárias e solenidades deverão estar plenamente instalados e testados no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os serviços ora analisados deverão ser executados preferencialmente no edifício sede do Tribunal (Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC) ou em qualquer outra localidade definida pela unidade demandante.

Eventualmente, serão solicitados deslocamentos ao interior do Estado para cobertura in loco de eventos da Justiça Eleitoral, com a realização de transmissão ao vivo, em streaming, gravação e edição para publicação e divulgação à mídia em geral, bem como para criação de conteúdo para os perfis oficiais nas redes sociais da Instituição. Em caso de deslocamento, a prestadora de serviços arcará com todas as despesas de alimentação, hospedagem e eventuais serviços extraordinários dos responsáveis pela prestação do serviço.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato consistirão na verificação, pelo contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio do gestor da contratação, qual seja, o servidor titular da unidade demandante (ASCOM, SJ, EJESC e SGP) ou seu substituto, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

Serão atestados:

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.4. Pagamento

Efetivada a prestação dos serviços conforme estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento será realizado em favor da Contratada – mediante depósito bancário e após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura –, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, desde que não haja fator impeditivo imputável à prestadora de serviço.

Os documentos fiscais para pagamento, bem como as demais informações complementares, deverão ser protocolizados no TRE-SC ou encaminhados, para atestação do gestor do contrato, por meio de requerimento eletrônico (Protocolo Administrativo Eletrônico, disponível na página www.tre-sc.jus.br, ou sistema similar).

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica a presente contratação.

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, a partir da data da assinatura. A previsão para o início do contrato é entre outubro e novembro de 2024.

Justifica-se a vigência inicial plurianual, em razão da potencial redução de custos advinda de um contrato com prazo de duração maior, decorrente dos seguintes fatores:

- a) racionalização do dispêndio de recursos com a realização de procedimentos licitatórios e de prorrogação contratual;
- b) aumento da competitividade, em face da atratividade do objeto para o mercado, refletindo nos valores cotados; e
- c) amortização de investimentos da contratada ao longo da sua execução, tais como os equipamentos necessários à prestação dos serviços.

O contrato será prorrogável até o limite decenal, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.7. Obrigações do Contratante

Constituem obrigações do TRE-SC:

- a) Promover, através do gestor da contratação o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas, bem como a fiscalização do contrato;
- b) Solicitar, quando for o caso, a regularização do cumprimento de obrigação contratual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, excetuados os prazos específicos previstos neste Termo, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas contratualmente.
- c) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8. Obrigações da Contratada

A Contratada deverá:

5.8.1 Desenvolver a prestação de serviço especializado que vise a (1) transmissão ao vivo, em streaming, de áudio e/ou vídeo (2) gravação em áudio e/ou vídeo e (3) gravação e edição de áudio e/ou vídeo, divulgando adequadamente os seguintes produtos do TRE-SC: sessões plenárias, solenidades, eventos, vídeos institucionais e jornalísticos e videoaulas, dentre outros produtos, conforme especificações do item 3 do ETP;

5.8.2 Prestar o serviço tanto na cidade de Florianópolis, onde está situado o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, quanto no interior do Estado, responsabilizando-se, em caso de deslocamento dos profissionais, pelo pagamento da Taxa Diária de Deslocamento;

5.8.3 Ter condições técnicas de atender aos pedidos de pacotes solicitados pelas áreas demandantes (Assessoria de Comunicação Social, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria Judiciária e Escola Judiciária Eleitoral) de forma concomitante, se for o caso, disponibilizando os equipamentos e os profissionais necessários;

5.8.4 Fornecer os links de transmissão dos eventos por streaming com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis;

5.8.5 Havendo solicitação, entregar o material em mídia, bem como o respectivo projeto, para a unidade solicitante do TRE-SC (Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC), no horário das 13h às 19h, no prazo de, no máximo, 72 (setenta e duas) horas, a contar do encerramento do evento;

5.8.6 Substituir o produto no prazo, máximo, de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da notificação emitida pelo Contratante, caso presente, após a conferência pelo setor solicitante, qualquer defeito ou irregularidade;

5.8.7 Ter ciência de que, estando em mora, o prazo para substituição dos equipamentos de que trata a subcláusula acima não interromperá a multa por atraso;

5.8.8 Arcar com as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega, em caso de substituição de equipamentos;

5.8.9 Executar todos os serviços com os equipamentos apropriados (com as especificações técnicas mínimas descritas nos anexos I do ETP), cuja instalação não poderá recair sob a equipe técnica residente;

5.8.10 Fornecer equipamentos adequados e modernos, os quais deverão ser atualizados (upgrade) no prazo máximo de 2 (dois) anos;

5.8.11 Fornecer todo o material necessário (câmeras, cartões, mídias de DVD, pendrive, HD externo, cabos, conectores, microfones, monitores, entre outros) a ser utilizado nos trabalhos de transmissão ao vivo em streaming, filmagem, monitoramento e produção, conforme solicitação da unidade demandante;

5.8.12 Disponibilizar profissionais técnicos em número suficiente para garantir a execução do objeto do contrato, atendendo, concomitantemente, se for o caso, às necessidades da Instituição;

5.8.13 Fornecer equipamentos apropriados de alta qualidade à equipe técnica envolvida na prestação dos serviços, a fim de garantir uma produção consistente e de alto nível, sem depender da disponibilidade ou qualidade dos equipamentos da Instituição;

5.8.14 Efetuar a instalação dos equipamentos com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência do evento ou em 24 (vinte e quatro) horas da solicitação, a depender da ordem de serviço;

5.8.15 Apresentar profissional, na execução dos serviços, com traje social adequado ao evento a ser coberto;

5.8.16 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia anuência do TRE-SC;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.17 Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão.

5.9. Transferência de conhecimento

São assegurados ao TRE-SC, com exclusividade, os direitos de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela contratada relativos ao objeto deste Termo de Referência, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao Tribunal distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações.

5.10. Direitos autorais

São assegurados ao contratante, com exclusividade, os seguintes direitos:

- a) propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela contratada relativos ao objeto deste Termo de Referência, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao contratante distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações; e
- b) direitos autorais da solução, do protótipo, do projeto, de suas especificações técnicas, do layout, da diagramação, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato decorrente deste Termo de Referência, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a utilização pela contratada sem autorização expressa do contratante, sob pena de multa e sanções civis e penais cabíveis.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao Gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao Gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao Gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao Gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico; e
- f) auxiliar o Gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

6.2.1. PACOTE 1

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Secretaria Judiciária
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.2.2. PACOTE 2

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação (atua isoladamente, conforme a origem da demanda)	Assessoria de Comunicação Social Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina - EJESC
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.2.3. PACOTES 3 E 4

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação (atua isoladamente, conforme a origem da demanda)	Assessoria de Comunicação Social Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina - EJESC
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações
	Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.2.4. PACOTE 5

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Assessoria de Comunicação Social
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações
	Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora da licitação.

Para fins de solicitação de pacotes adicionais e de acompanhamento e avaliação dos serviços prestados, o TRE-SC valer-se-á da realização de telefonemas e de encaminhamento de ordem de serviço (vide modelo do anexo II), por meio de e-mails, ou outro meio considerado eficaz, à contratada.

6.4. Acompanhamento do Contrato

A comunicação entre o TRE-SC e a contratada poderá ocorrer por contato telefônico, e-mail ou pessoalmente, conforme dados que seguem:

Assessoria de Comunicação Social

Titular: Ana Patrícia Tancredo Gonçalves;

Telefone: (48) 3251-3835;

Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 10º andar, 88015-130, Florianópolis/SC;

E-mail: ascom@tre-sc.jus.br

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação, pelo contratante, da conformidade da entrega do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pela Assessora de Comunicação Social do TRE-SC, ou seu substituto.

A Fiscalização terá autoridade para:

- a) exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
- b) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços; e
- c) esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução.

A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após a entrega dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam deverão ser sanadas junto à ASCOM do TRE-SC, conforme dados fornecidos acima.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

8. O cálculo da quantia a ser paga terá como base o valor unitário dos pacotes de serviço demandados e devidamente descritos no documento fiscal apresentado.

9. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

10. Forma e critérios de seleção do fornecedor

10.1. Parcelamento e adjudicação

Diante da especificidade técnica dos serviços prestados, bem como do desempenho coordenado das atividades desenvolvidas, não é conveniente o parcelamento do objeto.

A justificativa para o não parcelamento se fundamenta na expectativa de que uma gestão contratual unificada permitirá um melhor controle da execução do ajuste, de forma a se atender os objetivos.

Ademais, a mesma empresa realizando a transmissão por streaming, captação e edição pode trazer diversos benefícios e justificar sua indispensabilidade. Alguns pontos a serem considerados são:

a) Garantia de qualidade: Ao escolher a mesma empresa para fornecer tanto a transmissão por streaming, de áudio e vídeo, gravação em áudio e vídeo, e gravação e edição de vídeo para atender as sessões plenárias, solenidades, eventos, vídeos institucionais e jornalísticos e vídeoaulas, dentre outras demandas, há uma garantia maior de qualidade e integração entre os serviços prestados. Isso contribui para um resultado final mais consistente e alinhado com as expectativas da Instituição.

b) Conhecimento do espaço e logística: A Contratada tem a vantagem de possuir familiaridade com o local do evento e a logística envolvida (por meio de sua equipe técnica), o que facilita a instalação dos equipamentos, garantindo uma disposição adequada e otimizando o aproveitamento do espaço disponível.

Posto isto, conclui-se pelo não parcelamento com adjudicação global, considerando que as atividades desenvolvidas pela empresa contratada garantiriam a padronização e a qualidade dos diversos materiais, que podem ser produzidos para um mesmo projeto ou evento.

Por fim, a contratação de apenas uma empresa facilitará o gerenciamento do contrato pelo gestor da contratação, visto que não haverá possível interferência na execução do objeto entre diversas empresas.

10.2. Seleção do fornecedor



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os licitantes habilitados e classificados, aferida por meio da seguinte fórmula:

$$PF = 32 \times PB1 + 5 \times PB2 + 32 \times PB3 + 32 \times PB4 + 1 \times PB5 + 8 \times CAC$$

Onde:

PF: Preço final mensal (estimado);

PB1: Valor da hora do Pacote Básico 1;

PB2: Valor da hora do Pacote Básico 2;

PB3: Valor da hora do Pacote Básico 3;

PB4: Valor da hora do Pacote Básico 4;

PB5: Valor da hora do Pacote Básico 5; e

CAC: Valor da hora da Câmera Adicional com Cinegrafista;

OBS: os pesos atribuídos correspondem a média aritmética das quantidades estimadas mensais para cada item em ano eleitoral e ano não eleitoral.

O licitante deverá informar, ainda, por ocasião do envio da proposta ajustada, o valor da taxa de deslocamento, que não poderá exceder àquela estimada para a contratação, sob pena de desclassificação.

A taxa diária de deslocamento será devida à Contratada sempre que houver necessidade de deslocamento dos profissionais para imóveis de propriedade do TRE-SC no interior do Estado, a fim de custear todas as despesas – ressalvado o disposto no parágrafo abaixo.

O deslocamento será realizado sempre que necessário, no horário definido pela Contratante, o que não significa que ocorrerá dentro das 40 horas semanais. A Contratada deverá utilizar a taxa diária de deslocamento para custear eventuais despesas com pagamento de horas-extras aos funcionários durante os deslocamentos fora do horário de expediente.

O TRE-SC, em hipótese alguma, irá utilizar os pacotes descritos no item 3 para remunerar o período em que os funcionários da Contratada estiverem em deslocamento, mesmo que em meio de transporte fornecido pela Contratante.

A empresa não fará jus a recebimento da taxa diária de deslocamento quando houver movimentação dos seus funcionários entre os municípios de Florianópolis, Palhoça, Biguaçu, São José e Santo Amaro da Imperatriz (incluídos os municípios que pertencerem a essas Zonas Eleitorais), constituindo-se o primeiro, a base territorial.

Por fim, é recomendável a realização de visita técnica prévia, mediante agendamento prévio junto ao titular da Assessoria de Comunicação Social ou seu substituto, por meio do telefone (48) 3251-3727 ou pelo e-mail ascom@tre-sc.jus.br.

10.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não há requisitos específicos de qualificação técnica e econômico-financeira.

10.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

10.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

11. Estimativas do valor da contratação

Dadas as especificidades dos serviços ora analisados, entende-se conveniente particularizar os pacotes a serem demandados, conforme seguem:

Pacote Básico – Ano Não Eleitoral						
Item	Unidade Demandante	Atividade	Quantidade estimada (mês)	Total horas/Mês	Valor do Pacote	Total Mensal
1	SJ	Transmissão ao vivo, em <i>streaming</i> – Sessões Plenárias Pacote 1	Mínimo 2 Horas: 2 horas x 8 Sessões	16	R\$ 256,79	R\$ 4.108,64
2	EJESC	Transmissão ao vivo, em <i>streaming</i> - eventos Pacote 2	Mínimo 2 Horas 3 horas X 1 evento	3	R\$ 220,11	R\$ 660,33
3	SGP	Transmissão ao vivo, em <i>streaming</i> - eventos Pacote 2	Mínimo 2 Horas 2 horas X 1 evento	2	R\$ 220,11	R\$ 440,22
4	EJESC	Gravação e edição de áudio/vídeo Pacote 3 e Pacote 4	Mínimo 2 Horas: 3 horas x 3 gravações e/ou edições	9	R\$ 211,85 (pacote 3) R\$ 68,20 (pacote 4)	R\$ 2.520,45
5	ASCOM	Gravação de áudio/vídeo Pacote 3	Mínimo 2 Horas: 2 horas x 8 gravações	16	R\$ 211,85	R\$ 3.389,60
6	ASCOM	Edição de áudio/vídeo	Mínimo 32 Horas:	32	R\$ 68,20	R\$ 2.182,40



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pacote Básico – Ano Não Eleitoral						
Item	Unidade Demandante	Atividade	Quantidade estimada (mês)	Total horas/ Mês	Valor do Pacote	Total Mensal
		Pacote 3 e Pacote 4	2 horas x 16 gravações e/ou edições			
7	ASCOM	Gravação externa (drone) Pacote 5	Mínimo 1 hora mensal	1	R\$ 92,45	R\$ 92,45
8	SJ, EJESC, ASCOM	Câmeras adicionais com cinegrafistas (pacotes 1, 2 e 3)	Mínimo 5 Horas	5	R\$ 131,48	R\$ 657,40
9	Taxa de deslocamento	2 Diárias para equipe por evento	Cobertura de 1 (um) evento ao mensal	1	R\$ 123,26	R\$ 123,26
	Todos os itens	—	—	—	—	R\$ 14.174,75

- Valor Anual para ano não eleitoral: **R\$ 155.922,25**
- Considerado apenas 11 meses uma vez que a demanda do mês de janeiro é inexistente ou significativamente menor.
- Valores de acordo com apostila n. 023/2023 do contrato n. 013/2019(atual contratação)

Pacote Básico – Ano Eleitoral						
Item	Unidade Demandante	Atividade	Quantidade estimada (mês)	Total horas/ Mês	Valor do Pacote	Total Mensal
1	SJ	Transmissão ao vivo, em <i>streaming</i> – Sessões Plenárias Pacote 1	Mínimo 2 Horas: 4 horas x 12 Sessões	48	R\$ 256,79	RS 12.325,92
2	EJESC	Transmissão ao vivo, em <i>streaming</i> - eventos Pacote 2	Mínimo 2 Horas 3 horas X 1 evento	3	R\$ 220,11	R\$ 660,33
3	SGP	Transmissão ao vivo, em <i>streaming</i> - eventos Pacote 2	Mínimo 2 Horas 2 horas X 1 evento	2	R\$ 220,11	R\$ 440,22
4	EJESC	Gravação e edição de áudio/vídeo	Mínimo 2 Horas:	12	R\$ 211,85 (pacote 3) R\$ 68,20	R\$ 3.360,60



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Pacote Básico – Ano Eleitoral						
Item	Unidade Demandante	Atividade	Quantidade estimada (mês)	Total horas/Mês	Valor do Pacote	Total Mensal
		Pacote 3 e Pacote 4	2 horas x 6 gravações e/ou edições		(pacote 4)	
5	ASCOM	Gravação de áudio/vídeo Pacote 3	Mínimo 2 Horas: 2 horas x 10 gravações	20	R\$ 211,85	R\$ 4.237,00
6	ASCOM	Edição de áudio/vídeo Pacote 4	Mínimo 32 Horas: 2 horas x 20 gravações e/ou edições	40	R\$ 68,20	R\$ 2.728,00
7	ASCOM	Gravação externa (drone) Pacote 5	Mínimo 1 mensal	1	R\$ 92,45	R\$ 92,45
8	SJ, EJESC, ASCOM	Câmeras adicionais com cinegrafistas (pacotes 1, 2 e 3)	Mínimo 10 Horas	10	R\$ 131,48	R\$ 1.314,80
9	Taxa de deslocamento	1 Diárias para equipe por evento	Cobertura de 1 (um) evento mensal	1	R\$ 123,26	R\$ 123,26
	Todos os itens	—	—	—	—	R\$ 25.282,58

- Valor Anual para ano não eleitoral: **R\$ 278.108,38**
- Considerado apenas 11 meses uma vez que a demanda do mês de janeiro é inexistente ou significativamente menor.
- Valores de acordo com apostila n. 023/2023 do contrato n. 013/2019(atual contratação)

12. Alinhamento da contratação

12.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I - Ordinário, Item 26.

Item do Plano de Aquisição: Gravação, Transmissão e Cobertura Fotográfica de eventos.

12.2. Plano de Logística Sustentável

A contratação, ao garantir a criação de conteúdo audiovisual e de transmissão ao vivo em streaming de sessões plenárias, solenidades e eventos, alinha-se com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, em especial com os objetivos abaixo listados:

- a) reduzir o consumo de papel e de suprimentos de impressão;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos; e
- c) promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas.

12.3. Outros instrumentos

A contratação prevê a melhoria na qualidade e o impulso das atividades relacionadas à produção de áudio e vídeo, subsidiando campanhas internas e externas, matérias jornalísticas, conteúdo para redes sociais, entre outros produtos relativos à atividade de multimídia, a fim de atender às demandas de serviços solicitados pelos diversos setores internos e pela Administração, especialmente na cobertura de eventos externos e transmissão ao vivo em streaming

Ao proporcionar o aprimoramento de projetos e a criação de conteúdos audiovisuais exclusivos e essenciais ao desenvolvimento das atividades da ASCOM, da SGP, da SJ e da EJESC, harmoniza-se com as necessidades do negócio do Tribunal e alinha-se aos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico 2021-2026, em especial, ao “Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade”.

As referidas atividades traduzem-se também em uma necessidade continuada para o bom funcionamento das suas unidades, bem como para o cumprimento de forma eficiente e eficaz do Plano Anual de Comunicação e do Plano de Divulgação das Eleições.

A produção de vídeos institucionais, educacionais e a divulgação de sessões plenárias, solenidades e eventos pelo TRE-SC permitem o alinhamento aos valores e à missão do Órgão e potencializa a eficácia da comunicação institucional, uniformizando os elementos visuais, fortalecendo a cultura organizacional e criando laços que unem as equipes e promovem maior engajamento às políticas de acessibilidade, inclusão e igualdade e de combate à desinformação. Ademais, ao refinar o conteúdo audiovisual a cada portal de comunicação, conquista-se a confiança dos cidadãos e garante maior visibilidade aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral Catarinense.

Por fim, a divulgação por transmissão de sessões plenárias, solenidades e eventos do TRE-SC permite o alinhamento aos valores e à missão do TRE-SC potencializa a eficácia da comunicação institucional, uniformizando os elementos visuais, fortalecendo a cultura organizacional e criando laços que unem as equipes e promovem maior engajamento às políticas de acessibilidade, inclusão e igualdade e de combate à desinformação.

13. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, PTRES 167782	33.9039 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	O valor será o estimado para execução em 2024.

14. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato;
- c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato].



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

16. ANEXO I

Projeto de audiovisual

(para transmissão ao vivo em *streaming* das sessões plenárias e solenidades do TRE-SC)

Objetivo:

O objetivo deste projeto é fornecer os equipamentos de audiovisual necessários para a transmissão ao vivo das sessões plenárias e solenidades, garantindo a qualidade de áudio e vídeo, estabilidade e confiabilidade durante as transmissões.

Especificações técnicas mínimas exigidas dos equipamentos da Contratada:

1. Câmeras:

Câmera profissional (Full HD ou superior) com tripé, TV de retorno e tela de *croma*key para inserção de LIBRAS em transmissões, quando solicitado.

Câmeras PTZ de alta definição (Full HD ou superior) com controladora e capacidade de captura em diferentes ângulos e posições para cobrir todos os aspectos das sessões plenárias, contendo lentes com no mínimo 2.8 de abertura.

Recomenda-se o uso de câmeras com recursos de estabilização de imagem para evitar tremores e garantir uma imagem estável.

Quantidade mínima: 1 (uma) câmera profissional para a plenária, 3 (três) câmeras PTZ e 1 (uma) câmera profissional para LIBRAS (quando solicitado).

1.1 Especificações técnicas das câmeras PTZ (Pan-Tilt-Zoom)

- Resolução de vídeo: As câmeras PTZ de alta definição geralmente possuem resolução Full HD (1920x1080 pixels), o que resulta em imagens nítidas e detalhadas.
- Zoom óptico: Essas câmeras devem ser equipadas com zoom óptico, que permite ampliar a imagem sem perda de qualidade (e lentes com no mínimo 2.8 de abertura).
- Rotação e inclinação: As câmeras PTZ devem ter a capacidade de girar horizontalmente (pan) e verticalmente (tilt), permitindo que os operadores movam a câmera para acompanhar os assuntos em movimento. Geralmente, possuem um amplo alcance de rotação e inclinação, o que proporciona uma cobertura abrangente da área.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Velocidade de movimento: Essas câmeras são capazes de se mover rapidamente e suavemente para rastrear objetos ou pessoas em movimento. A velocidade de movimento é especificada em graus por segundo (°/s) para pan e tilt.
- *Presets e tours*: Espera-se que as câmeras PTZ possuam recursos de *presets*, que permitem que os operadores programem posições predefinidas para a câmera se movimentar rapidamente para pontos de interesse específicos. Ideal é que as câmeras ofereçam também a possibilidade de criar *tours* automáticos, onde a câmera percorre uma sequência pré-determinada de posições.
- Conectividade e controle: Necessário que as câmeras PTZ possam ser controladas por meio de diferentes métodos, como controle remoto, painel de controle físico ou *software* de gerenciamento. Essas modalidades de câmera são frequentemente equipadas com interfaces de comunicação, como RS-232, RS-485 ou IP, para permitir o controle e a integração com sistemas de gerenciamento de vídeo ou redes de dados.
- Recursos de imagem: Espera-se que as câmeras PTZ ofereçam recursos avançados de imagem, como estabilização de imagem eletrônica, foco automático, compensação de luz de fundo, WDR (Wide Dynamic Range) para lidar com cenas com alto contraste, detecção de movimento, entre outros.

2. Microfones:

Microfones de lapela sem fio para capturar o áudio dos oradores e participantes.

Microfones direcionais com fio e sem fio com boa captação de áudio ambiente para fornecer uma experiência imersiva para os espectadores.

Quantidade mínima: 2 microfones de lapela sem fio, 1 microfone direcional com fio e 4 microfones direcionais sem fio.

2.1 Especificações técnica conforme modelo de microfone a ser disponibilizado:

2.1.1 Microfones de Lapela:

- Transmissor e receptor sem fio com tecnologia UHF
- Microfone de lapela omnidirecional com alta qualidade de captação de áudio
- Faixa de frequência selecionável para evitar interferências
- Controles de ganho e monitoramento de áudio no receptor
- Excelente qualidade de construção e confiabilidade
- Ideal para gravações em movimento e entrevistas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.1.2 Microfones de Boom (Shotgun):

- Microfone de shotgun compacto e leve
- Padrão polar supercardioide para captura direcional do som
- Resposta de frequência ampla e precisa
- Excelente rejeição de ruído ambiente
- Ideal para gravações externas e filmagens

2.1.3 Microfone direcional sem fio:

- Faixa de frequência do sistema: 2,4 GHz ISM band (2400 a 2483,5 MHz)
- Resposta de frequência do microfone: 40 Hz a 15 kHz
- Alcance operacional: Até 30 metros (100 pés) com linha de visão livre entre o transmissor e o receptor
- Número de canais selecionáveis: 2.048 canais, dependendo das regulamentações locais e regionais
- Saída de áudio: Conector XLR balanceado e saída de 1/4" não balanceada
- Padrão polar do microfone: Cardioide
- Sensibilidade do microfone: -49 dB (1,85 mV) ref 1 V a 1 Pa
- Relação sinal-ruído: 90 dB (ponderado em A), máximo
- Distorção harmônica total (THD): Menos de 0,05% a 1 kHz, desvio de $\pm 17,5$ kHz

3. Equipamentos de áudio:

Uma mesa de mixagem com capacidade de controle e ajuste do áudio proveniente dos microfones. Recomenda-se uma mesa de mixagem digital com pelo menos 16 (dezesesseis) canais de entrada e recursos de equalização e controle de volume (existente hoje no TRESA)

É importante que a mesa de mixagem possua saídas de áudio balanceadas para garantir a integridade do sinal.

Equalizadores e potências de áudio suficientes para o suporte de até 11 (onze) monitores de áudio.

Monitores de áudio para retorno sendo utilizado na sala de sessões e para a equipe de produção.

Quantidade mínima: 1 (uma) mesa de mixagem, 11 (onze) monitores de áudio.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1 Especificações técnicas mínimas para gravadores de áudio:

- Resolução de gravação: 24 bits/96kHz
- Microfones embutidos de alta qualidade (estéreo X/Y)
- Entradas XLR/TRS para conexão de microfones externos
- Possibilidade de gravação simultânea em quatro canais
- Entrada de linha para conexão de fontes de áudio externas
- Saídas de áudio balanceadas para conexão com equipamentos externos

3.2 Especificações técnicas mínimas para conversores:

- Resolução de conversão: 24 bits/192kHz
- Entradas XLR/TRS com pré-amplificadores de alta qualidade
- Saídas de áudio balanceadas para conexão com equipamentos externos
- Conexão USB para fácil integração com computadores
- Software de controle e roteamento de áudio incluso
- Pré-amplificadores de alta qualidade com emulação de pré-amplificadores clássicos
- DSP interno para processamento de efeitos em tempo real
- Conexão Thunderbolt para baixa latência e alta velocidade de transferência de dados

3.3 Especificações técnicas mínimas para mesa de mixagem

- Canais de entrada: A mesa de mixagem deve ter pelo menos 16 (dezesesseis) canais de entrada, que permitem conectar microfones, dispositivos de áudio e outras fontes de áudio.
- Pré-amplificadores e equalização de boa qualidade com controles de equalização para cada canal de entrada.
- Saídas: saídas para conectar os alto-falantes, fones de ouvido, gravadores ou outros dispositivos de saída de áudio.
- Interface de áudio USB: Uma interface de áudio USB integrada na mesa de mixagem para conectar a mesa diretamente a um computador, facilitando a gravação e reprodução de áudio digital.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Controle de monitoramento: É importante que a mesa de mixagem tenha recursos de controle de monitoramento, como mixagem de fones de ouvido, controle de volume para monitores de estúdio e opções de envio/retorno para mixagem em tempo real.
- Conectividade: A mesa de mixagem deve ter várias opções de conectividade, como entradas XLR para microfones, entradas de linha para instrumentos e dispositivos de áudio, saídas balanceadas para alto-falantes, entre outros.

4. Equipamentos de Transmissão:

Serão necessários servidor de *streaming* (computador) para transmitir o conteúdo ao vivo pela *internet*; codificador de vídeo com capacidade de codificação em formato adequado para a transmissão on-line; *switcher* de produção (equipamentos que oferecem flexibilidade e controle sobre as fontes de vídeo, permitindo que o operador direcione a atenção do público para diferentes elementos visuais, conforme necessário); plataforma de *streaming* confiável e escalável para transmissão ao vivo (sugere-se programas como Vmix ou Tricaster que são compatíveis com outros serviços realizados no TRE-SC); e sistema multicâmera.

Quantidades mínimas: 1 (um) servidor de streaming (computador), 1 (um) codificador de vídeo, 1 (um) vídeo *switcher*, 1 (uma) plataforma de *streaming* (programa Vmix, TriCaster ou superior) e 1 (um) sistema multicâmera.

4.1 Especificações técnicas de servidor (computador) de *streaming*

Servidor de *streaming* (computador): 1 (um) Servidor de *streaming* (processador: intel core i7 9ª geração, equivalente ou superior com mínimo de memória RAM de 32Gb, Placa de vídeo: 8Gb ou superior, armazenamento tipo SSD ou NVMe de no mínimo 1Tb ou superior).

4.2 Especificações técnicas de codificador de vídeo

Aqui estão algumas especificações de codificadores de vídeo disponíveis no mercado:

- Resolução de entrada e saída: até 1080p60
- Interface de conexão: HDMI, USB-C, Ethernet, Wi-Fi
- Compatibilidade com plataformas de streaming: Twitch, YouTube, Mixer, etc.
- Codificação de vídeo: H.264 e H.265

4.3 Especificações técnicas de vídeo *switcher*:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O *switcher* de produção oferece flexibilidade e controle sobre as fontes de vídeo, permitindo que o operador direcione a atenção do público para diferentes elementos visuais, conforme necessário.

- Resolução de entrada e saída: de 1080p30 ou superior
- Interface de conexão: HDMI, USB, Ethernet, Wi-Fi
- Compatibilidade com plataformas de streaming: Facebook Live, YouTube Live, Twitch etc.
- Codificação de vídeo: H.264
- Protocolos de transmissão: O codificador de vídeo pode suportar diferentes protocolos de transmissão para enviar o vídeo codificado para destinos específicos, como RTMP (Real-Time Messaging Protocol), RTP (Real-Time Transport Protocol), RTSP (Real-Time Streaming Protocol), entre outros.
- Resolução de vídeo: O codificador de vídeo deve ser capaz de codificar sinais de vídeo em diferentes resoluções, como Full HD, 4K (Ultra High Definition) ou superior.
- Taxa de bits: A taxa de bits é a quantidade de dados que o codificador de vídeo pode processar por segundo. Uma taxa de bits mais alta geralmente resulta em melhor qualidade de vídeo, mas também requer uma largura de banda maior para transmissão ou armazenamento.
- Protocolos de transmissão: O codificador de vídeo pode suportar diferentes protocolos de transmissão para enviar o vídeo codificado para destinos específicos, como RTMP (Real-Time Messaging Protocol), RTP (Real-Time Transport Protocol), RTSP (Real-Time Streaming Protocol), entre outros.
- Entradas e saídas de vídeo: O codificador de vídeo pode ter várias opções de entradas e saídas de vídeo, como HDMI, SDI (Serial Digital Interface), componentes, composite, entre outros. Isso permite conectar diferentes fontes de vídeo ao codificador e também conectar o codificador a outros dispositivos ou sistemas de transmissão.
- Recursos adicionais: Além das especificações básicas mencionadas acima, alguns codificadores de vídeo podem oferecer recursos adicionais, como geração de caracteres estilizados, possibilidade de colocar cronômetros e marcas d'água, suporte para áudio embutido, suporte para transmissões simultâneas em diferentes resoluções, capacidade de streaming em várias plataformas, suporte para transmissões em tempo real, entre outros. Ademais, todo o equipamento deve estar conectado à sonorização disponível na sala e, se solicitado, à um notebook para apresentações.

4.4 Especificações técnicas de plataforma de *streaming* (programa Vmix ou TriCaster)

Os dois programas populares para produção e transmissão de vídeos ao vivo são o VMIX e o TriCaster.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4.4.1 Vmix:

O Vmix é um software profissional de produção de vídeo ao vivo que oferece uma ampla gama de recursos e funcionalidades. Ele permite misturar várias fontes de vídeo, incluindo câmeras, vídeos pré-gravados, imagens, apresentações de slides e muito mais. Além disso, o Vmix oferece recursos avançados, como efeitos de transição, sobreposições, chroma key, controle de áudio, mixagem de áudio, gravação e streaming ao vivo para várias plataformas de streaming.

O Vmix suporta diferentes formatos de vídeo e permite ajustar as configurações de qualidade de saída para se adequar às necessidades da produção. Ele também oferece ferramentas de monitoramento em tempo real, como multiviewers, que permitem visualizar todas as fontes de vídeo em um único monitor para facilitar o controle e a seleção das imagens a serem transmitidas.

O software é altamente personalizável, permitindo que os usuários criem layouts e configurações específicas de acordo com suas preferências e requisitos. Ele também oferece integração com outros dispositivos de hardware, como controladores MIDI e superfícies de controle, para uma experiência de produção mais avançada.

4.4.2 TriCaster:

O TriCaster desempenha um papel essencial na produção de transmissões ao vivo de alta qualidade, fornecendo uma série de benefícios que contribuem para uma experiência de visualização profissional e envolvente. Aqui estão alguns detalhes sobre a importância da utilização do TriCaster para transmissões ao vivo:

- **Comutação Multicâmera Simplificada:** O TriCaster permite a comutação ao vivo entre várias fontes de vídeo, como câmeras, computadores e vídeos pré-gravados. Isso é crucial para eventos que envolvem múltiplas câmeras, como conferências, shows, esportes e programas de entretenimento. A comutação suave entre diferentes ângulos e perspectivas mantém a transmissão dinâmica e envolvente.
- **Qualidade Visual Aprimorada:** Com recursos de mixagem de áudio e vídeo, inserção de gráficos, títulos e efeitos visuais, o TriCaster melhora significativamente a qualidade visual da transmissão ao vivo. Isso garante que o público desfrute de uma experiência de visualização profissional e atraente.
- **Facilidade de Uso:** A interface do usuário intuitiva do TriCaster torna a produção de transmissões ao vivo acessível mesmo para operadores sem experiência técnica extensiva. Isso é especialmente valioso para eventos onde a equipe pode ser limitada ou composta por indivíduos com diferentes níveis de conhecimento em produção de vídeo.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- **Economia de Tempo:** O TriCaster oferece recursos que otimizam o fluxo de trabalho, como a capacidade de pré-configurar cenas e transições. Isso economiza tempo durante a produção ao vivo, permitindo que os operadores se concentrem em criar uma experiência de transmissão excepcional.
- **Interação com o Público:** Algumas versões do TriCaster têm recursos integrados de interação com o público, como integração com redes sociais e enquetes ao vivo. Isso envolve os espectadores e cria um senso de participação, tornando a transmissão mais envolvente.
- **Streaming para Plataformas Populares:** O TriCaster facilita a transmissão ao vivo para plataformas populares de streaming, como Facebook Live e YouTube. Isso amplia o alcance da transmissão e permite que um público mais amplo acesse o conteúdo ao vivo.
- **Flexibilidade e Adaptabilidade:** Com diferentes modelos disponíveis, o TriCaster oferece flexibilidade para atender às necessidades específicas de diferentes tipos de eventos e produções. Ele pode ser adaptado para eventos pequenos e íntimos, bem como para grandes produções em escala.
- **Profissionalismo e Credibilidade:** A utilização do TriCaster resulta em uma produção de alta qualidade, refletindo profissionalismo e aumentando a credibilidade da transmissão. Isso é crucial para eventos corporativos, educacionais e de entretenimento, onde a qualidade da produção reflete a qualidade do conteúdo.

Em resumo, o TriCaster desempenha um papel fundamental na produção de transmissões ao vivo de sucesso, garantindo que os eventos sejam capturados, editados e transmitidos de maneira profissional e envolvente. Ele oferece ferramentas poderosas para operadores de todos os níveis de experiência, permitindo que eles criem conteúdo de alta qualidade que atenda às expectativas do público e alcance os objetivos da transmissão.

4.5 Especificações técnicas mínimas para sistema multicâmera:

Um sistema multicâmera geralmente envolve os seguintes componentes:

- a) **Câmeras:** São utilizadas várias câmeras posicionadas em locais estratégicos para capturar a ação de diferentes ângulos. É recomendado utilizar câmeras com resolução Full HD (1920x1080 pixels) ou superior.
- b) **Switcher:** O *switcher* de vídeo é o coração do sistema multicâmera. Ele é responsável por receber os sinais de vídeo das diferentes câmeras e alternar entre eles em tempo real. O *switcher* deve ser capaz de suportar a resolução dos sinais de vídeo que serão utilizados na produção, como HD (High Definition) ou superior. Deve ser compatível com diferentes formatos de vídeo, como HDMI, SDI, DVI, VGA, entre outros e possuir efeitos de transição (sendo capaz de permitir transições suaves).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

entre as fontes de vídeo, como fade, dissolve, wipes, etc.). Espera-se que ofereça recursos avançados de efeitos visuais, como *keying (chroma key)* para sobrepor imagens em fundo verde ou azul e que possua recursos para controle de áudio, permitindo ajustes de volume e mixagem de áudio de diferentes fontes. O *switcher* deve oferecer saídas de vídeo para conectar a projetores, telões, monitores ou sistemas de transmissão e ser compatível com outros equipamentos de produção, como câmeras, computadores, gravadores e sistemas de som.

- c) Monitoramento: O sistema multicâmera inclui monitores para que o operador possa visualizar o *feed* de vídeo de cada câmera em tempo real. Isso permite que o operador selecione as melhores imagens a serem transmitidas, levando em consideração a composição, enquadramento e qualidade da imagem.
- d) Controle remoto: Em alguns casos, as câmeras do sistema multicâmera podem ser controladas remotamente por meio de *pan*, *tilt* e *zoom*, permitindo que o operador ajuste o posicionamento e o zoom das câmeras sem a necessidade de intervenção física.
- e) Infraestrutura de cabeamento: Para interconectar as câmeras e o *switcher*, são necessários cabos e equipamentos de infraestrutura adequados, como roteadores de vídeo, cabos SDI (Serial Digital Interface) ou HDMI (High-Definition Multimedia Interface), dependendo dos padrões de conexão utilizados.

5. Monitores e Televisões:

Sistema de vídeo deve ter capacidade de conexão de pelo menos 10 (dez) televisores distribuídos pela plenária, salas ao fundo/apoio ou até fora do ambiente (outros andares do TRE-SC, por exemplo) quando necessário (incluindo cabeamento e os conversores necessários ao adequado funcionamento).

5.1. Monitores:

- Monitores de vídeo de alta resolução (mínimo Full HD) para exibir a transmissão em tempo real para a equipe de produção.
- É importante que os monitores possuam entrada HDMI para conexão com os demais equipamentos disponíveis no TRE-SC.

Quantidade mínima: Recomenda-se pelo menos 2 (dois) monitores de vídeo de tamanho adequado para visualização confortável.

5.2 Televisões:

Televisões na sala de sessões para o retorno da transmissão.

- Alta resolução (mínimo Full HD) para exibir a transmissão em tempo real para a equipe de produção.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- É importante que possuam entrada HDMI para conexão com os demais equipamentos disponíveis no TRE-SC.

Quantidade mínima: 4 (quatro) televisões de 50" e 1 (uma) televisão 55"

6. Conexões e Cabos:

- Cabos de alta qualidade e comprimento adequado para conectar todos os equipamentos de áudio e vídeo.
- Conexões HDMI, SDI ou outras necessárias para garantir uma transmissão de sinal confiável.

7. Equipamentos de Apoio:

- Tripés e/ou suportes para posicionar as câmeras de forma estável e ajustável.
- Baterias e carregadores para garantir a alimentação contínua dos equipamentos.
- Acessórios de montagem, como suportes e fixadores, para garantir a segurança e estabilidade dos equipamentos.

8. Equipe técnica:

É fundamental contar com profissionais técnicos especializados para operar e configurar corretamente os equipamentos durante as transmissões ao vivo das sessões plenárias. Além disso, é necessário realizar testes e ensaios prévios para garantir que todos os equipamentos estejam funcionando corretamente antes das transmissões.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

● Anexo II - Modelos de Documentos

1. Ordens de Serviços (a ser preenchida pelo Contratante):

ORDEM DE SERVIÇO n. XX/ANO

Solicito o(s) seguinte(s) serviço(s):

Pacote n. XX – Descrição do pacote

Evento:

Datas:

Horário:

Local:

Profissional(is):

Unidades demandante:

Observação(ões):

[Descrever observações relevantes]

Florianópolis, DIA de MÊS de ANO.

ASSINATURA

Unidade Demandante